

Percurso histórico da surdez e de outras necessidades especiais

Ao analisarmos historicamente como as diferenças se constituíram no mundo, é possível compreender os estigmas, preconceitos e o desconhecimento também historicamente escritos pela sociedade. A visão antagônica que qualifica os portadores de necessidades especiais como uma estrutura infra ou supra-humana teve sua gênese no reconhecimento de mundo das diferentes épocas e povos e, sob esse enfoque, constituíram-se também os paradigmas de atendimentos no campo da educação.

No período primitivo



Domínio público.

Nada há de permanente, exceto a mudança.

Heráclito (450 a.C.)

As pessoas que apresentam algum grau de comprometimento, seja motor, físico, intelectual, visual ou auditivo, estão presentes na Terra desde as primeiras habitações.

Os primeiros habitantes não tinham por hábito o plantio e a organização em tribos, o que exigia deles uma vida nômade, na qual, para se manterem vivos, precisavam caçar, derrotar inimigos e explorar com agilidade o ambiente e, após essa exploração, buscar novos espaços a serem novamente usufruídos.

Com o passar dos anos, as tribos foram surgindo, e com elas o plantio e a organização em sociedade.

Não se plantava para o sustento. A caça para a obtenção de alimentos e pele de animais para se aquecer e a colheita de frutos, folhas e raízes garantia o sustento das pessoas. Há mais ou menos dez mil anos, quando as condições físicas e de clima na Terra ficaram mais amenas, os grupos começaram a se organizar para ir à caça e garantir o sustento de todos. Na Pré-História a inteligência do homem começou a se manifestar e os integrantes do grupo passaram a perceber melhor o ambiente onde viviam, começando a adorar o sol, a lua e os animais. (GUGEL, 2010)

Possivelmente pessoas com deficiência não sobreviveriam ao ambiente hostil da Terra nesses tempos. Sobre tudo os surdos, como se sabe, ouvir representou e ainda representa não só uma habilidade para desenvolver a oralidade, mas uma percepção de defesa, altamente importante nesse período, pois com ela era possível ouvir sons que pudessem oferecer algum perigo, como sons da natureza, de animais.

Se no início da habitação dos homens na Terra o ambiente por si só já eliminava as pessoas com e sem deficiência, a organização em tribos também não contribuiu para a sua sobrevivência. Para essa nova dinâmica, segundo especialistas, as pessoas com deficiência passaram a ser um “fardo” para os seus pares, em razão de sua dependência, sendo por consequência eliminados.

Antiguidade

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.
José Saramago

Egito Antigo

Registros arqueológicos, em afrescos, túmulos, na arte egípcia, nas múmias e em papiros, revelam uma gama de informações sobre onde as pessoas com deficiência, há mais de 5 mil anos, transitaram e fizeram parte de escalas sociais de todos os níveis (faraós, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, sacerdotes e escravos).



Jupiter Images.

Os surdos eram considerados seres superiores que deveriam ser respeitados e temidos pela população, que os considerava como mediadores entre os faraós e os deuses.

Ao mesmo tempo eram considerados pessoas doentes. Pesquisas indicam que no século XVI a.C. sacerdotes tratavam a surdez como uma doença e para esse “mal” usavam urina de cabra, cinzas de asa de morcego e ovos de formiga ou lagarto (CABRAL, 2001).

Papiros antigos revelam ainda a necessidade em se respeitar pessoas com deficiência, assim como apontam esses sujeitos praticando os mais diferentes ofícios em sociedade sem nenhum tipo de restrição em razão da sua dificuldade.

[...] estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4 500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos [...] especialistas revelam que os anões eram empregados em casas de altos funcionários, situação que lhes permitia honrarias e funerais dignos. (GUGEL, 2007)

Por fim, Gugel coloca que o Egito foi conhecido como a *terra dos cegos*; muitos dos seus habitantes perdiam a visão em decorrência de infecções. Papiros encontrados revelam receitas para curar diversas doenças, entre elas as que acometiam os olhos.

Grécia



Jupiter Images.

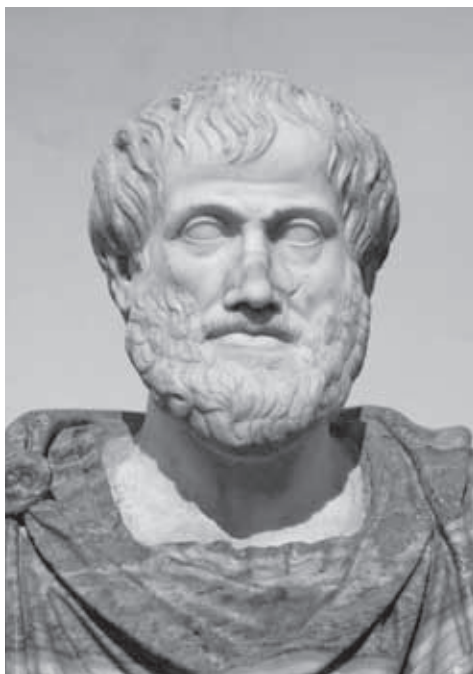
Na Antiguidade, a imagem do homem era adorada “narcisicamente”, sendo comum nessa cultura clássica adorar a perfeição física, num culto incondicional à beleza corporal. As crianças que nasciam com alguma “deformidade física” eram consideradas sub-humanas e não podiam “ofuscar” essa sociedade fisicamente “perfeita”, cabendo a elas serem abandonadas por seus pais, em locais desconhecidos, para aí morrerem à míngua.

[...] os gregos se dedicavam predominantemente à guerra, valorizando a ginástica, a dança, a estética, a perfeição do corpo, a beleza e a força [que] acabaram se transformando num grande objetivo. Se, ao nascer, a criança apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra o ideal prevalecente, era eliminada. Praticava-se, assim, uma eugenia radical, na fonte. (BIANCHETTI, 1998, p. 29)

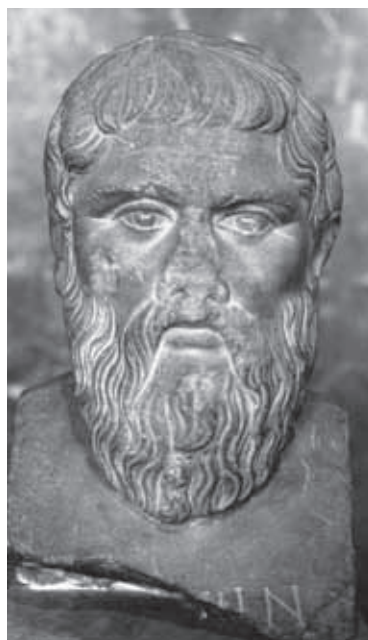
Figuras importantes da época como Platão, no livro *A República*, e Aristóteles, no livro *A Política*, indicavam entre várias situações que contribuíam para a organização das cidades gregas a eliminação das pessoas nascidas com deficiência, sendo uma das práticas o descarte de crianças especiais em aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia.

Platão

A República, Livro IV, 460 c – Pegarão então os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém. (GUGEL, 2007, p. 63)



Domínio público.



Jupiter Images.

Aristóteles

A Política, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação, se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida). (GUGEL, 2007, p. 63)

Aristóteles acreditava que os surdos, por não desenvolverem naturalmente a oralidade, não eram capazes de raciocinar e, por essa condição, não recebiam orientação educacional, e não tinham direitos. Sócrates, 360 a.C., declarou que era permitido que os surdos comunicassem com as mãos e o corpo.

A psicóloga Ligia Assumpção do Amaral aproxima a ideia de eliminação da “imperfeição”, adotada pela civilização na Antiguidade, como uma prática

comum entre os animais, em que o filhote que apresenta no nascimento alguma imperfeição é rapidamente eliminado pela mãe, ficando na cria somente aqueles que não apresentaram nenhum tipo de deformidade.

Para a autora, diferente dos animais, que têm essa prática com o intuito de manter a sobrevivência do restante da prole, a leitura dos humanos em relação à eliminação da deficiência representa atacar o diferente, o inconveniente que destoa da sociedade “perfeita”:

[...] em culturas chamadas primitivas, onde, como em algumas tribos, o deficiente é sacrificado; ou mesmo em civilizações chamadas mais adiantadas, como Esparta. Comportamentos que podemos também encontrar no mundo animal, onde filhotes imperfeitos são, na maioria das vezes, mortos. Ataca-se o diferente, o inconveniente, e com isso liquida-se a ameaça por eles representada. (AMARAL, 1994)

Roma



Thinkstock.

Da mesma forma que a prática grega, as leis romanas permitiam que os pais afogassem seus filhos deficientes. Muitos não usavam essa prática, porém não criavam as crianças nascidas “disformes”. Para se livrarem dos filhos sem a prática do afogamento, muitas famílias abandonavam os bebês em cestos

no rio Tibre. Se essa criança conseguisse sobreviver, era explorada por mendigos, ou por donos de circo, servindo de motivo de gozação e entretenimento para as classes mais abastadas.

O mesmo ocorria com os surdos, assim como na Grécia, que eram destituídos dos seus direitos (exceto os surdos oralizados), serviam como bobos entretendo membros abastados da sociedade, ou eram mortos como os demais portadores de necessidades especiais.

A pesquisadora Rosita Edler de Carvalho (1997, p. 14-20) apresenta parte de sua pesquisa relativa ao período romano:

Nós matamos os cães danados, porcos? Ferozes e indomáveis degolamos as ovelhas doentes, com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos, mesmo as crianças se forem débeis mentais ou anormais, nós as afogamos: não se trata de ódio, mas de razão que nos convida a separar das partes sãs, aquelas que podem corrompê-las.

Não existia piedade, aceitação, inserção das pessoas com alguma necessidade nesse período. De uma forma muito natural e pertinente aos padrões da época, todo e qualquer sujeito, independente do contexto social, era sumariamente eliminado.

No entanto, com a guerra muitos soldados voltaram para Roma com amputações e outras dificuldades decorrentes dessa batalha. A deficiência passou a ser vista como impossível de ser erradicada, por se tratar de um adulto e não de um recém-nascido que pudesse ser eliminado. Esses combatentes, por terem conquistado o Império Romano, eram vistos como heróis e por essas circunstâncias deveriam ser cuidados, porém o sistema médico não dava conta de realizar todos os atendimentos necessários.

Regida pelo cristianismo, nascia a era do assistencialismo, doutrina que pregava o amor e a caridade e que deu origem às instituições que abrigavam pessoas com deficiências e indigentes.

Idade Média



Domínio público.

O período da Idade Média é marcado pelo fim do Império Romano (século V, ano 476) até a Queda de Constantinopla (século XV, em 1453).

A Idade Média punccionou novas práticas da posição do deficiente dentro da dinâmica social. Abandonou-se o contexto físico da Antiguidade e assumiu-se o contexto metafísico, reconhecendo os portadores de necessidades especiais como seres diferentes. A Igreja, que nesse momento possuía uma grande influência sobre a sociedade, passou a questionar se era viável exterminar um ser que possuía alma, pois um ser com alma era uma obra divina. E que direito tinha o homem de exterminar um feito de Deus?

O deficiente recebeu o *status* de humano e como consequência tinha o “direito” de sobreviver. Sua custódia ficava a cargo da família ou da Igreja. Porém, o místico conceito de que esse sujeito poderia ser também uma obra demoníaca ou um castigo para seus familiares, também era uma visão até então presente, sendo comum nessa época rituais de exorcismo a fim de eliminar essa entidade demoníaca que residia no corpo deforme. Diferente dos ouvintes, os surdos eram considerados seres sem uma alma imortal, por não conseguirem proferir os sacramentos.

Considerados pela sociedade como corpos doentes, os deficientes deveriam ser acolhidos em lugares diferenciados para tratamento. Os conventos, asilos e hospitais psiquiátricos, exerciam a função de “abrigar” os portadores de necessidades especiais, com vistas a *curar* as suas deficiências.

Para Amaral (1994), esse modelo de atendimento aos portadores de necessidades especiais inspirou anos mais tarde no Brasil, os “locais de confinamento”, conhecidos na atualidade, de acordo com a autora, como *escolas especiais*.

A obra medieval de Victor Hugo, *O Corcunda de Notre Dame*, relata o tratamento que o deficiente recebia na Idade Média. Fonseca (1995) descreve um pouco como se deu o olhar da sociedade em relação ao indivíduo especial:

Em plena Idade Média, os deficientes ora são encarados como “crianças de Deus” ou como “bobos da Corte”, ora são perseguidos, esconjurados ou apedrejados por serem portadores de possessões demoníacas. A arte dessa época foi pródiga em representar e ilustrar tais atitudes.



Divulgação.

Os Referenciais para a Construção de Sistemas Educacionais Inclusivos, elaborados pelo MEC em 2001, colocam que:

[...] a deficiência foi, inicialmente, considerada um fenômeno metafísico, determinado pela possessão demoníaca, ou pela escolha divina da pessoa para purgação dos pecados de seus semelhantes. Séculos da Inquisição Católica e, posteriormente, de rigidez moral e ética da Reforma Protestante, contribuíram para que as pessoas com deficiência fossem tratadas como a personificação do mal e, portanto, passíveis de castigos, torturas e mesmo de morte. (REFERENCIAIS..., 2001, p. 10)

Revolução Industrial



Domínio público.

A Revolução Industrial nasceu por volta do século XVI, juntamente com outros marcos na história como a Revolução Francesa, seguida pelos burgueses e com o período do Renascimento, movimento de novas ideias sobre a ciência, sociedade e especialmente sobre as artes, com grande riqueza na produção de músicas, pinturas, teatros e festivais de dança.

A produção em série passou a ser uma meta; o capitalismo viu nos membros da sociedade vasta mão de obra, incluindo nessa dinâmica não só os homens, como também mulheres e crianças. Nesse contexto, os portadores de deficiência carregavam um novo estigma: “autores de um ônus” financeiro para os ideais de consumo e de liberalismo.

O corpo não era mais um organismo e sim uma máquina, e aqueles que possuíam algum grau de deficiência representavam uma máquina com peças defeituosas, mas que podiam ser reaproveitadas com ofícios que não exigissem dessa máquina o uso de tais peças.

Na área da surdez, a expressão *surdo-mudo* não representava mais o surdo em si, pois havia uma compreensão de que ambas as definições eram distintas.

Agregada ao desenvolvimento industrial, tecnológico e científico, a deficiência passou a ser reconhecida como um “malefício incurável”, e nesse caminhar histórico a sociedade lançou mão de ideias cujo

[...] objetivo, em termos de tipo ideal de trabalhador, passou a ser a busca do *homo sapiens* para o escritório, para o planejamento, e do *homo faber* para a oficina, sendo o protótipo desse o homem-boi, o homem-gorila, uma vez que a preocupação estava voltada à busca de força física. (BIANCHETTI, 1998)

A mesma autora apresenta a ideia de Henry Ford sobre essa temática:

Pela época que Henry Ford começou a fabricar o Modelo T, em 1908, não eram necessárias 18 operações diferentes para completar uma unidade, mas 7 882. Em sua autobiografia, Ford registrou que, dessas 7 882 tarefas especializadas, 949 exigiam “homens fortes, fisicamente hábeis e praticamente homens perfeitos”; 3 338 tarefas precisavam de homens de força física apenas “comum”, a maioria do resto podia ser realizada por “mulheres ou crianças crescidas” e, continuava friamente, “verificamos que 670 tarefas podiam ser preenchidas por homens sem pernas, 2 637 por homens com uma perna só, duas por homens sem braços, 715 por homens com um braço só e 10 por homens cegos. (TOFFLER, 1980, p. 62 *apud* BIANCHETTI, 1998, p. 38)

Desse período, temos alguns reflexos em nossa dinâmica social que estão presentes até hoje:

- a diferença salarial entre homens e mulheres, sendo que muitas vezes ambos exercem a mesma função;
- a diferença salarial e as funções de subordinação dos portadores de necessidades especiais, mesmo que tenham qualificação para cargos mais eletivos;
- a visão da escola de Educação Infantil voltada para *o cuidar* da criança pequena e não para *o educar*, uma vez que na era industrial, as mães ocuparam funções nas fábricas, deixando os seus filhos com cuidadores, num sistema de depósito de crianças sem uma visão pedagógica;
- a exploração do trabalho infantil, pois nesse contexto não se tem um olhar sobre a criança e sua infância. Vistos como adultos em miniatura, as crianças, na qualidade de “adultos”, deveriam exercer diferentes ofícios como os seus pais, no entanto quando se aplicava o pagamento salarial, a diferença aparecia novamente, criança deveria receber menos, por ser frágil e ainda estar em formação.

Atualidade

Todo o movimento histórico que vimos até agora nos deu base para realizarmos novos estudos nas áreas das ciências humanas, jurídicas, da saúde e tecnológica.

A partir do século XX, começamos a perceber o homem como um ser único e que na sua origem tem o direito essencial de ser diferente dos demais.

Os traços dessas diferenças podem ser percebidos nos subsídios afetivos, estéticos, físicos, sexuais, linguísticos, culturais e cognitivos, que cada sujeito constrói em si e no outro através da linguagem, seja ele portador ou não de alguma deficiência. “É importante refletir sobre a comunidade surda, não em sua totalidade, como se fosse um grupo homogêneo e uniforme. Dentro dessa configuração ‘surda’ também se encontram as diferenças (SKLIAR, 1998)”.



Thinkstock.

Na comunidade surda, assim como em outros grupos, também podemos encontrar a diversidade, pois sabemos que existem surdos pobres, ricos, homens, mulheres, homossexuais, negros, brancos, jovens, velhos e demais características pertinentes à condição humana.

Por toda essa ótica, compreende-se que apenas destinar um local que abrigue os portadores de necessidades especiais não é o suficiente.

Nesse contexto, mais do que nunca se evidenciou a diversidade como característica constituinte das diferentes sociedades e da população, em uma mesma sociedade. Na década de 1990, ainda à luz da defesa dos direitos humanos, pode-se constatar que a diversidade enriquece e humaniza a sociedade, quando reconhecida, respeitada e atendida em suas peculiaridades. (REFERENCIAIS..., 2001)

A sociedade aos poucos assimila que a pessoa com necessidades especiais apresenta dificuldades inerentes aos seres humanos e não somente em razão da sua deficiência orgânica. A tendência é que essa sociedade se prepare cada vez mais para receber, oportunizar e respeitar a diversidade. Os sujeitos com necessidades especiais devem ter todos os seus direitos assegurados, uma vez que transitam por diferentes setores da sociedade, inclusive aos bens de consumo.

Uma sociedade que consegue reconhecer e viver harmoniosamente com as várias experiências humanas, configura-se como uma sociedade inclusiva. A limitação do sujeito especial em alguns aspectos, não representa a limitação dos seus direitos.

Texto complementar

Sou humano

(WERNECK, 2006)¹

De que modo se sente uma pessoa quando o mundo não reconhece como humano o seu modo de falar, de se expressar, de andar, de se locomover, de ver, de não ver...?

Que tipo de olhar somos capazes de enviar a alguém quando notamos, em qualquer parte de seu corpo, algo que imediatamente desencadeia em nossas mentes um processo para ressignificá-lo, para rever seu valor humano e, na sequência, atribuir-lhe um valor de “menos humano”?

Pode ser uma prótese no lugar do olho, um braço que não existe mais, a mancha grande e cabeluda na face. O quanto revela de nós esse olhar, ao outro, que ao mesmo tempo é analítico, julgador e envergonhado? Envergonhado porque tenta apagar vestígios do obscuro ritual que se passa em nosso íntimo. Não que esse processo de avaliar quem é mais humano ou menos humano, mais normal ou menos normal, seja consciente, mas o constrangimento que ele naturalmente gera, sim. O constrangimento reflete uma verdade pouco nobre e bem escondida: somos educados para acreditar que existe uma hierarquia entre condições humanas.

Seríamos então um composto de percentuais variados de humanidade e devemos lidar com essa informação sem traumas?

Bebês nascidos com síndromes genéticas são menos humanos do que outros cujos cromossomos estão em número e tamanho “corretos”?

Alguém sem pernas é apenas 60% humano?

¹ Claudia Werneck é jornalista, escritora, especialista em Comunicação e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz e fundadora da Organização da Sociedade Civil Escola de Gente.

Idosos com doenças neurológicas degenerativas perdem a cada dia sua humanidade a ponto de se tornarem girafas, moscas, plantas carnívoras?

Uma pessoa cega seria menos gente se analisada sob um hipotético “quadro classificatório de condições humanas”?

Jovens surdos, principalmente aqueles que se expressam unicamente pela Libras, a Língua Brasileira de Sinais, têm menos valor humano do que os demais, jovens ouvintes que falam apenas o português?

Embora a tendência seja a de responder um NÃO categórico e ofendido a essas perguntas, nossas práticas diárias denunciam o contrário. Refiro-me a formas sutis de discriminação que, mesmo com o propósito de valorizar pessoas com deficiência, acabam segregando-as cada vez mais. O simples fato de considerá-las especiais já as distancia do gozo incondicional dos Direitos Humanos, gozo que antecede qualquer norma nacional ou internacional.

É aflitivo constatar a naturalidade com que nos exercitamos em atribuir um sinal “positivo” ou “negativo” para diferentes condições e características humanas. Isso até em pronunciamentos públicos considerados meritórios e consequentes pela população.

Por exemplo: como nos posicionamos diante de relatos como o que vem a seguir?

No começo da guerra dos Estados Unidos e da Inglaterra contra o Iraque, em março de 2003, a televisão brasileira veiculou uma campanha a favor dos Direitos Humanos. Vários artistas se expressavam contra a guerra contundentemente. Um deles dizia algo mais ou menos assim:

“Eu sou contra a guerra, nós não precisamos da guerra, nós devemos resolver nossos conflitos através da palavra, da inteligência. Não é a fala que diferencia um ser humano de um animal irracional? Não é a inteligência que nos distingue dos animais?”.

Em que medida esse discurso atenta contra a própria concepção de Direitos Humanos?

Atenta ao considerar a fala e a palavra como pré-requisitos para pertencer ao conjunto *humanidade*. Atenta ao considerar que pessoas com deficiência mental, por não terem todos os recursos do que se convencionou chamar de inteligência, não são seres humanos.

Como denunciar que uma campanha tão apropriada, se analisada sob a ótica do conceito de inclusão, foi discriminatória em relação a pessoas que não têm seu intelecto preservado ou a pessoas que não se utilizam do código do português para se expressar, como pode acontecer com pessoas surdas?

Caberá, então, a quem não fala, lutar desesperadamente para falar, como a única saída para pertencer ao conjunto *humanidade* e, assim, ao conjunto *sociedade*?

Deverão as pessoas com comprometimento intelectual manter uma eterna sensação de débito, de falha, de menos valia em relação a quem não tem deficiência mental?

É justamente tudo isso o que o senso comum pressupõe, mas o mesmo não pode ser dito do conceito de inclusão.

Essa conversa está longe de ser uma abstração.

Conteúdo

Muito além da ética, é possível para a sociedade, hoje, respaldada por garantias constitucionais, abordar problemas como esses. Uma fala tão “adequada” como a utilizada na campanha pode, sim, ser entendida como um atentado ao direito que toda pessoa tem de não ser submetida a uma ofensa em função de sua deficiência. É o que garante a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, conhecida como Convenção da Guatemala.

Importante saber que o Brasil é signatário da Convenção da Guatemala, documento aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo 198, de 13 de junho de 2001, que deu origem ao Decreto 3.956, de 8 de outubro de 2001, assinado pela Presidência da República. Pela primeira vez, então, foi explicitado em lei o que é discriminar com base na deficiência. E, segundo diversos membros do Ministério Público, o Decreto 3.956 tem tanto valor quanto uma norma da Constituição Federal, pois se refere a direitos e garantias fundamentais da pessoa, estando acima de leis, resoluções e decretos.

Não que essa convenção seja o máximo, o ápice dos Direitos Humanos. Ela é apenas uma plataforma mínima de princípios a serem defendidos por

cada cidadão na busca de um novo tempo no qual nós possamos ter lucidez suficiente para refletir sobre as nossas absurdas formas de pensar a espécie à qual pertencemos.

Quem nasce de um ser humano é um ser humano com o mesmo valor. Nascemos, portanto, incluídos no conjunto *Homo sapiens*. Algo pode ser mais simples de ser entendido?

Diariamente, por termos uma concepção de ser humano minimizada, tomamos decisões inadequadas, das mais corriqueiras às mais estruturais. Mesmo o terceiro setor tem avançado pouco quando o assunto é gente.

Incluindo-me como uma trabalhadora dele, pergunto:

1 – Quem de nós costuma avaliar se o tamanho das portas dos banheiros das organizações que dirigimos permite a entrada de uma pessoa em cadeira de rodas?

2 – Que organizações do terceiro setor têm a preocupação de garantir que seus sites sejam construídos com acessibilidade para programas de voz utilizados por pessoas cegas? E eu não estou aconselhando, aqui, que cada organização tenha dois sites: um comum e um só para pessoas cegas, pois isso também não é o que pressupõe a inclusão.

3 – Que agências financiadoras, nacionais e internacionais, pelo menos hesitam em apoiar projetos de educação que não incluam, explicitamente, todos os jovens-seres-humanos, incluindo aqueles com deficiência? Não estou me referindo apenas a alunos e alunas com deficiência física e, sim, a qualquer aluno com qualquer tipo de deficiência. Minha experiência prova que a maioria dos coordenadores de programas, se questionados, respondem que sim, estão aptos a receber quaisquer jovens, jamais praticariam uma segregação. Entretanto, não são orientados (e isso raramente foi orçado) para tomar as mais singelas providências nesse sentido, como contratar uma intérprete de Libras para as reuniões nas quais se fará uma pré-seleção dos adolescentes que participarão do projeto ou disseminar o material de mobilização do projeto em Braille. A pergunta é: está prevista ou não a presença de qualquer jovem no projeto? Por favor, eu não estou querendo dizer que todo projeto para a juventude deva ter, necessariamente, um percentual obrigatório de jovens com deficiência. Mas eles com certeza estarão nesses projetos naturalmente, se nós pararmos de fazer tudo para bloquear esse acesso.

Adolescentes brasileiros continuam sendo educados para ter desfigurado o seu conceito natural de humanidade. A maioria cresce acreditando, a exemplo de seus pais e educadores, que pessoas com deficiência são um deslize da natureza. Foi o que o projeto Quem Cabe no seu TODOS? constatou ao realizar as Oficinas Inclusivas pelo Brasil.

Comprovamos que a maioria dos jovens com os quais atuávamos nunca havia visto de perto alguém de idade similar com deficiência. Mesmo entre adolescentes com diferentes deficiências – física, mental, múltipla e sensorial – havia o estranhamento e a cerimônia de quem não se reconhece como parte de uma mesma geração.

Para esses jovens será difícil, mais tarde, empregar espontaneamente uma pessoa com deficiência, isto é, sem a força de medidas legais. Ou, simplesmente, atendê-la em um consultório dentário sem se sentirem constrangidos por sua cegueira, seu *deficit* intelectual. Ou, ainda, cumprirem sem achar “caras e desnecessárias” as normas de acessibilidade arquitetônica e de comunicação que garantem a todos os cidadãos entrar em prédios públicos e se proteger de incêndios.

O momento é delicado porque muitas das próprias pessoas com deficiência não se consideram sujeitos de direitos e sim de, no máximo, alguns direitos especiais como, por exemplo, ingressar na universidade ou estar empregado. Tenhamos cuidado com os “direitos especiais”, pois eles jamais combinam com inclusão.

Muitos são os manuais recém-lançados disseminando leis municipais, estaduais e nacionais sobre os direitos de pessoas com deficiência. Mas nem mesmo o conhecimento das legislações nacional e internacional disponíveis garante a alguém a percepção correta de seu valor humano, pois as pessoas com deficiência, por exemplo, são tão mal preparadas para lidar com sua humanidade como aquelas sem deficiência. É essa a questão central que vem me mobilizando há anos e gerou o projeto Quem Cabe no seu TODOS?.

Expandir a consciência social dos adolescentes e jovens brasileiros para que nela caibam todos os humanos. Essa tem sido a minha busca e a dos projetos da Escola de Gente.

Ao nosso lado estão muito mais registros de violação de direitos de pessoas com deficiência do que podemos imaginar.

No ano de 2002, recebi um grupo de universitários de medicina para uma entrevista sobre inclusão a ser inserida em um trabalho acadêmico que deveriam apresentar. Depois de aproximadamente duas horas conversando, um dos universitários me contou o seguinte: havia, na ala de queimados do hospital público em que ele atuava, um homem bastante machucado que praticamente não se queixava de dor, o que chamava a atenção de médicos, enfermeiros e atendentes. Ele não recebia visitas de familiares, amigos, era muito solitário. As anotações em seu prontuário no que se referia a analgésicos eram raríssimas, fato não compatível com seu estado. Até que um médico resolveu esclarecer esse mistério e descobriu que esse paciente era surdo, não oralizado, e sentia muita dor, sim, só não conseguia expressar isso, porque, imobilizado por causa das queimaduras, não mexia as mãos nem outras partes de seu corpo.

De que modo se sente uma pessoa quando o mundo não reconhece como humano o seu modo de falar, de se expressar, de andar, de se locomover, de ver, de não ver...?

Dica de estudo

Acesse <www.sj.cefetsc.edu.br/~nepes/docs/midiateca_artigos> e clique nos textos 29 ("Um pouco da história da educação dos surdos") e 59 ("Para uma cronologia na educação de surdos"). Os textos fazem um apanhado de como ocorreu a educação de surdos no Brasil e nos outros países, e como essa prática reflete na educação até hoje.

Atividade

1. Descreva como a deficiência era/é vista e tratada nos períodos:

a) Antiguidade:

b) Idade Média:

c) Atualidade:

Gabarito

1.

- a)** O aluno deverá citar a preocupação com a estética física e com a preocupação de “não contaminação” da deficiência em relação aos demais ditos normais. Nesse contexto a deficiência não aparecia, uma vez que era erradicada com a morte tenra do bebê.
- b)** Aqui o contexto é religioso e metafísico, não se extermina a criança especial, porém não há um acolhimento das suas necessidades e respeito pela sua diferença. A mesma é vista como um ser excepcional, dotado de pecado e possessões demoníacas. Sua custódia fica a cargo das famílias e da Igreja.
- c)** O sujeito é visto dentro de suas especificidades e necessidades, compreendendo-o como um ser humano único, com construções pessoais também singulares. Há maior respeito pela individualidade do sujeito, suas carências e potencialidades.

Referências

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**: Coordenadoria Nacional Para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Brasília, 1994.

BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. **Um Olhar sobre a Diferença**: interação, trabalho e cidadania. 5. ed. Campinas: São Paulo; Papyrus, 1998. (Série Educação Especial).

CABRAL, Eduardo. **Para uma Cronologia na Educação de Surdos**. Publicado em: mar./abr. 2001. Disponível em: <www.sj.cefetsc.edu.br/~nepes/docs/midia-teca_artigos/historia_educacao_surdos/texto59.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2010.

CARVALHO, R. E. **Temas em Educação Especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

FONSECA, V. da. **Educação Especial – Programa de Estimulação Precoce**: uma introdução às ideias de Feurstein. 2. ed. ver. aum. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

REFERENCIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS. **A Fundamentação Filosófica**: a história – a formalização. MEC. SEESP, Brasília, 2001.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

_____. **A Pessoa com Deficiência e sua Relação com a História da Humanidade**. Publicado em: 24 fev. 2010. Disponível em: <<http://saisconsultoria.wordpress.com/2010/02/24/a-historia-e-a-pessoa-com-deficiencia>>. Acesso em: 5 ago. 2010.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopeia Ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: _____ (Org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

WERNECK, Claudia. Sou humano. In: **Ensaios Pedagógicos**. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

This image shows a full page of blank, lined paper. It features approximately 20 evenly spaced horizontal grey lines across its entire width, providing a guide for handwriting or typing. The background is a clean, solid white color.

